



A FORÇA PERSUASIVA DA “INFORMATIVIDADE EXPERIENCIAL” EM ARTIGOS DE OPINIÃO¹

Autor: José Leopoldo Morais da Silva

(Universidade Estadual da Paraíba - UEPB) leopoldomorais82@hotmail.com

Resumo: A informatividade, aliada aos demais fatores de textualidade (a coesão, a coerência, a aceitabilidade, a intertextualidade, a intencionalidade e a situacionalidade), constitui-se como um importante elemento para efetiva concretização de texto inteligível. No *artigo de opinião*, ela figura como um fator de argumentação indispensável para principal função social desse referido gênero de texto, qual seja a de convencer o leitor, via argumentos, via informações, via dados numéricos etc., sobre um dado ponto de vista defendido pelo autor do texto. Dessa maneira, o presente artigo demonstra que a informatividade tem relevância para a “força” persuasiva dos artigos opinativos de alunos do Ensino Médio, que foram produzidos durante a “Olimpíada de Língua Portuguesa *Construindo o Futuro*”, promovida pelo MEC e pela Fundação Itaú Cultural no ano de 2008. Além disso, demonstramos que essa mesma informatividade é oriunda, na maioria dos casos, do contexto extralinguístico/situacional do produtor textual, e não apenas do cotexto intertextual oferecido no ato da produção dos referidos artigos opinativos da Olimpíada de Língua Portuguesa. Nosso embasamento teórico pauta-se, principalmente, nas leituras Costa Val (1999), Koch (2001 e 2002), Bräkling (2000), Rodrigues (2000) e Gagliardi e Amaral (2008).

Palavras-chave: Informatividade. Artigo de opinião. Olimpíada de Língua Portuguesa. Ensino.

Introdução

O *Ministério da Educação*, em parceria com a *Fundação Itaú Social* e o *Centro de Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária* (Cenpec), lançou, no ano de 2008, a “Olimpíada de Língua Portuguesa *Construindo o Futuro*”, que envolveu cerca de 202 mil professores e mais de 6 milhões de estudantes de todo o Brasil, em três categorias distintas: 5º e 6º anos do Ensino Fundamental (com o gênero poesia); 8º e 9º anos do Ensino Fundamental (com o gênero memórias) e 2º e 3º anos do Ensino Médio (com o gênero artigo de opinião – AO).

Dentre os gêneros escolhidos para a Olimpíada de Língua Portuguesa, um de caráter essencialmente argumentativo é bastante trabalhado no âmbito escolar: o *artigo de opinião* –

¹ O presente artigo é fruto de uma monografia de um curso de Especialização em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas promovido pela UFCG entre 2008 e 2009.



doravante AO. A razão para inserção de tal gênero textual em sala de aula está no fato de ele pertencer à esfera jornalística – seja midiática (textos de opinião na web) ou convencional (jornais e revistas escritas) –, e esta mesma esfera veicular toda uma gama de informações político-ideológicas, que, constantemente, “formam” a opinião da parcela leitora da sociedade.

Em virtude disso, o presente artigo pretende mostrar a *informatividade* como um elemento persuasivo nos AO produzidos por alunos do Ensino Médio na “Olimpíada de Língua Portuguesa *Construindo o Futuro*”, e ainda demonstrar como essa mesma *informatividade*, para a força argumentativa de tais AO, se expressa, às vezes, cotextualmente (através de referências intertextuais de textos fornecidos pelo professor para a produção dos AO) e também contextualmente (por meio das informações do contexto comunicativo/situacional, que estão armazenadas nas experiências pessoais dos produtores, isto é, em suas vivências).

O nosso trabalho de intervenção foi realizado na *Escola Normal Estadual Oswaldo Trigueiro de A. Melo*, em Alagoa Grande – PB, no período de julho a agosto de 2008. Os dados foram coletados junto a alunos/as, com faixa etária entre 15 e 17 anos, dos 2º e 3º anos do Ensino Médio do referido estabelecimento de ensino, todos de uma mesma classe social, residentes grande parte no próprio município ou em cidades circunvizinhas.

Em nossa intervenção em sala de aula, utilizamos o caderno *Pontos de vista* da “Olimpíada de Língua Portuguesa *Construindo o Futuro*”, que apresenta toda uma sucessão de atividades didaticamente dispostas para uma satisfatória produção e refacção do AO. Os dados foram coletados entre os meses de junho – sendo interrompido pelas comemorações juninas – a agosto, em sua primeira quinzena.

O gênero textual artigo de opinião

Como já dito na introdução desse artigo, um dos gêneros mais trabalhados no meio escolar é o AO. E a razão é simples: sua funcionalidade e aplicabilidade em uma cultura jornalístico-midiática – mesmo que restrita apenas a uma parca parcela leitora da sociedade brasileira – para a formação de leitores/escritores críticos, no tocante à problemática social circundante.

Nesse sentido, Rodrigues (2000) pontua precisamente a importância da abordagem sistemática do AO em sala de aula, sendo, portanto, um gênero de que a escola não poderá relegar como sendo insignificante:



a entrada dos diferentes gêneros jornalísticos [AO e outros] na escola com objetos de ensino/aprendizagem encontra seu respaldo na necessidade de compreensão e domínio dos modos de produção e significação dos discursos da esfera jornalística, criando condições para que os alunos construam os conhecimentos linguístico-discursivos requeridos para a compreensão e produção desses gêneros, caminho para o exercício da cidadania, que passa pelo posicionamento crítico diante dos discursos (RODRIGUES, 2000, p. 214).

Dessa maneira, o advento, no ambiente escolar, dos gêneros jornalísticos que propiciem um posicionamento mais reflexivo sobre a sociedade circundante é de extrema valia para o ensino-aprendizagem de língua portuguesa, haja vista que os discentes, por meio deles, exercerão, na esfera da leitura e da escrita, a cidadania que muitas vezes lhes é relegada. Finalmente, a autora atesta importância e a conveniência do trabalho com o AO no ambiente escolar:

O ensino-aprendizagem da produção do artigo justifica-se pela sua relevância sociodiscursiva, dada sua importância como um dos instrumentos para a promoção da **efetiva participação social do aluno-cidadão**, um dos objetivos gerais do Ensino Fundamental, bem como pelo **resgate da função social da escrita**. Sua relevância destaca-se ainda pela sua dimensão pedagógica, quer dizer, pela função que pode desempenhar no desenvolvimento de conteúdos específicos da área de Língua Portuguesa (RODRIGUES, 2000, p. 216 – grifos nossos).

Rodrigues (2000) assegura que, em relação à estrutura composicional do AO, uma de suas características mais evidentes é uma grande heterogeneidade genérica (de gêneros), ou seja, em sua composição linguística, no que se refere às sequências/tipos textuais, encontram-se fragmentos de relatos narrativos, descritivos, expositivos e, é claro, argumentativos, que servem mormente para sustentação dos argumentos veiculados no AO.

Rodrigues (2000) ainda ressalta que o conhecimento do AO na escola contribui enormemente para a inserção nas práticas letradas das classes mais excluídas socialmente, possibilitando-lhes uma maior participação na produção discursiva do meio jornalístico, já que “o artigo é um dos gêneros através dos quais, institucionalmente, o leitor pode se colocar na posição de autor” (p. 219), além de levá-los, de fato, ao mundo da escrita socialmente situada.

Bräkling (2000) afirma ser condição de existência característica para a produção de um artigo opinativo “que se tenha **uma questão controversa a ser debatida**, uma questão referente a **um tema específico que suscite uma polêmica** em determinados círculos sociais” (Bräkling, 2000, p. 227 – grifos nossos). Além disso, de acordo com a estudiosa, são condições imprescindíveis à existência dos artigos de opinião: “as operações de sustentação, refutação e negociação das opiniões, a seleção de dados relevantes para a operação de



sustentação de argumentos, identificação de contra-argumentos, adequação de argumentos em relação à situação de enunciação e ao interlocutor presumido, etc.” (BRÄKLING, 2000, p. 234).

Concordando com Bräkling (2000), Gagliardi e Amaral (2008) asseguram que “sem questão polêmica **não existe** artigo de opinião”, pois “a questão gera discussões porque há pontos de vista opostos sobre o assunto. Por isso, o articulista, ao escrever, assume uma posição, defende-a com argumentos e dialoga com diferentes pontos de vista que circulam sobre a polêmica” (GAGLIARDI E AMARAL, 2008, p. 09 – grifos nossos).

Cunha (2010), também tratando das características do artigo opinativo, afirma que o mencionado gênero textual tenta fazer valer uma convicção, um sentimento, um julgamento de valor a respeito de algo, argumentando “para fazer aderir ao seu ponto de vista (ponto de vista do produtor/artigo) e para criticar os outros com os quais mantêm uma relação de conflito” (CUNHA, 2010, p. 193).

Fatores da textualidade – um olhar mais detido sobre três deles: a situacionalidade (o contexto), a intertextualidade e a informatividade

Segundo Costa Val (1999), são sete os fatores da textualidade: a) o formal, representado pela *coesão*; b) o semântico-conceitual, representado pela *coerência*; e c) o pragmático, representado pela *aceitabilidade*, *informatividade*, *intencionalidade*, *intertextualidade* e *situacionalidade*. Porém, para os fins deste artigo, iremos nos deter mais especificamente a três deles. Vejamos.

Em relação à *situacionalidade*, Costa Val (1999) a concebe como sendo adequação do texto à situação comunicativa, ou seja, a uma espécie de contexto, tanto que a autora afirma ao conceituar esse fator da textualidade: “O contexto pode, realmente, definir o sentido do discurso [por ela entendido como texto] e, normalmente, orienta tanto a produção quanto a recepção” (COSTA VAL, 1999, p. 12).

Dessa maneira, podemos perceber que a situacionalidade está intrinsecamente correlacionada ao contexto comunicativo, seja este mediato ou não, haja vista que uma série de fatores situam, de fato, o texto para que o mesmo faça sentido para seus possíveis receptores. E esse contexto está evidentemente vinculado à situacionalidade, ao molde no qual um dado texto será veiculado.

A respeito dos outros fatores da *textualidade*, especialmente a *intertextualidade* e a *informatividade*, Costa Val (1999) faz algumas observações relevantes. A intertextualidade, conforme a autora, configura-se quando um dado texto dialoga com outros que lhe



preexistem, isto é, a coerência e ou inteligibilidade desse mesmo texto dependerá do conhecimento daqueles que lhe precedem e com ele dialogam. Já nas palavras de Koch e Travaglia (2001), a intertextualidade é “outro fator de coerência (...) na medida em que, para o processamento cognitivo (produção/recepção) de um texto recorre-se ao conhecimento prévio de outros textos” (p. 75).

Koch e Travaglia (2001), ao abordarem a *informatividade*, asseguram que o presente fator da textualidade interfere decisivamente na coerência dos textos, tendo em vista que o nosso entendimento ou não do mesmo dependerá da quantidade de informação nele veiculado. Assim, se um determinado texto for muito informativo, ou seja, seu grau de informatividade disposta na superfície textual for alto, ele será menos previsível; ao passo que, quanto mais previsível ele for, seu teor informativo será muito baixo. Os autores ainda completam:

É preciso que produtor e receptor de um texto possuam, ao menos, uma boa parcela de conhecimentos comuns. Quanto maior for essa parcela, menor será a necessidade de explicitude do texto, pois o receptor será capaz de suprir as lacunas, por exemplo, através de inferências (KOCH e TRAVAGLIA, 2001, p. 64).

Tanto isso é verdade que Costa Val (1999), concordando com os autores supracitados, afirma que “um discurso menos previsível é bem mais informativo (...) Entretanto, se o texto se mostrar inteiramente inusitado, tenderá a ser rejeitado pelo recebedor, que não conseguirá processá-lo” (p. 14). Assim, o ideal será certa dose de equilíbrio entre a informação dada e a nova, dependendo, é claro, da situação comunicativa que será imposta ao texto no momento da interação verbal: “o ideal é o texto se manter num nível mediano de informatividade, no qual se alternam ocorrências de processamento imediato, que falam do conhecido, com ocorrências de processamento mais trabalhoso, que trazem a novidade” (COSTA VAL, 1999, p. 14).

Ainda a respeito da *informatividade*, Costa Val (1999) assevera que tal fator, junto com a *intertextualidade*, compõe a matéria conceitual do discurso, que se realiza em boa parte por aspectos formais. Em outra passagem, declara: “a *coesão* é a manifestação linguística da *coerência* e, assim, a ela está inquestionavelmente associada, a *informatividade* se aplica tanto sobre uma quanto outra e, mais que isso, localizada no terreno cognitivo, guarda pontos de *interseção* com a coerência” (COSTA VAL, 1999, p. 38 – grifos nossos).

Essa referida informatividade configura-se como um conceito muito amplo, haja vista que a busca por tais informações se dá muito multifacetadamente. Daí, *muito do conteúdo informacional posto/colocado na superfície textual de um dado gênero advir da própria vivência de seu respectivo produtor*. Deste modo, algumas informações de cunho pessoal,



experiencial são de grande importância para constituição efetiva da textualidade, da coerência de uma produção escrita: são as informações que aqui denominamos aqui de *informatividade experiencial*.

Tragédia de Camará: “vi, li ou ouvi dizer?”

Nesta seção do presente trabalho, analisaremos interpretativa e qualitativamente se as informações trazidas nos AO produzidos pelos alunos são dadas cotextualmente (através de referências intertextuais) ou contextualmente (por meio das informações do contexto comunicativo/situacional). Diante disso, selecionamos 02 (dois) AO produzidos pelas turmas² para realizarmos a análise³.

As categorias evidenciadas a partir da análise prévia dos dados podem ser assim denominadas: *informatividade experiencial imediata*, *informatividade experiencial mediata*, *informatividade híbrida* e, finalmente, *informações intertextuais*. Conceituemos sinteticamente cada uma delas e as exemplifiquemos em nossa análise. Para tanto, utilizaremos as seguintes convenções:

LEGENDAS:

 = INFORMATIVIDADE EXPERIENCIAL IMEDIATA

 = INFORMATIVIDADE EXPERIENCIAL MEDIATA

 = INFORMATIVIDADE HÍBRIDA

 = INFORMAÇÕES INTERTEXTUAIS⁴

A *informatividade experiencial imediata* nada mais é do que o repertório de informações experienciais, vivenciais e/ou pessoais de que o produtor dispõe em sua memória e lança mão ao produzir um determinado gênero textual (no presente caso o AO) em que as mesmas possam figurar como matéria significativa, exemplificando, argumentando, expondo etc. Desse modo, a busca por informações que servirão decisivamente para a força

² A seleção dos AO se deu, proporcionalmente, pela qualidade dos mesmos em relação à escrita e adequação ao gênero (mesmo que mínima) e pela sua pertinência de *informatividade*.

³ A análise far-se-á a partir das categorias por nós elencadas e trará um exemplo de um texto significativo da (ou mais, se for o caso) que evidencie mais nitidamente a categoria de dado que ora analisamos.

⁴ As presentes legendas são apenas para melhor visualização das categorias dos dados nas produções analisadas.

argumentativa dos AO apenas se dá pela experiência direta com a *realidade* dos fatos vividos pelo produtor textual em um determinado contexto comunicativo, não se recorrendo diretamente a elementos intertextuais explícitos.

Já a *informatividade experiencial mediata*, que seria aquela buscada não na experiência pessoal, mas no repertório informacional mais vinculado ao *conhecimento de mundo* (Cf. Koch e Travaglia, 2001), seja este mais global ou localizado. Assim, a procura por informações que servirão para a tessitura textual não provêm das experiências imediatas do seu respectivo produtor, mas de um repertório informacional/temático de que este dispõe (cf. Bräkling, 2000).

Outra categoria que encontramos, transita entre o *intertexto* e a *informatividade experiencial mediata*, ou seja, “hibridiza”, tendo em vista a falta de seguridade, de certeza, de convicção da fonte informacional, as modalidades de informação intertextual e experiencial mediata. A essa categoria de informação daremos o nome de *informatividade híbrida*.

Por fim, temos mais uma categoria de dado que seriam as *informações intertextuais*, as quais são retiradas dos textos-base que servirão de intertexto, nas quais podemos perceber claramente qual a origem da informação que é disposta na superfície textual, isto é, a procedência cotextual, junto ao *intertexto*. Dessa forma, as informações obtidas dessa maneira são ligadas ao fator de textualidade denominado *intertextualidade*, anteriormente explicitada.

Produção 01: S. D.

Esqueceremos a tragédia de Camará?

Por S. D.

No ano de 2004, a cidade de Alagoa Grande sofreu graves conseqüências depois do rompimento da barragem de Camará.

Diante desse fato, lamentavelmente várias pessoas foram atingidas. Entre elas 5 mortos (dois idosos), no qual está presente um dos locutores da nossa rádio local, (o conhecido Welinton).

Por conta de erros de administradores, nós vivemos até hoje sofrendo com essas causas. O governo Lula resolveu vestir a camisa e garantiu que iria dar assistência no que fosse necessário. Foram 8 milhões de reais enviados para a reconstrução da cidade, e de indenizações, que foram na verdade, mais aproveitáveis pelas pessoas de médio porte, e grande parte do comércio, deixando de lado os mais necessitados, que perderam seus poucos bens materiais. E isso não é de menos, pois nada paga as péssimas recordações que ficaram em nossa memória. Será que o dinheiro compra tudo? E as lembranças? Como apagá-las? Esse é o mal dos grandes políticos, pensar que podem tudo com o dinheiro, é impossível tirar da nossa memória os gritos, o barulho das casas desmoronando, a água avançando sem dó nem piedade de quem estivesse por acaso na sua frente.

Sei que as idenizações ajudaram grande parte 50%, porém o que mais nos irrita é saber que não passou de um erro, uma construção mal feita da barragem, ou talvez a falta de manutenção necessária. Onde está o culpado? Quem vai pagar por isso?

Depois de 4 anos não se tem o culpado e só sabemos que os únicos que pagaram por isso fomos nós mesmos. Temos então que gritar por nossos direitos e tentar receber o que a água de Camará tirou de nós.

Nesta primeira produção, podemos evidenciar, logo de início, alguns aspectos interessantes no que respeita as informações veiculadas na superfície textual: primeiramente, faz-se referência a “5 mortos”, informação que não fora veiculada por nenhum dos textos por nós oferecidos para busca de mais informações (informatividade cotextual, dada, neste caso, intertextualmente). Os textos por nós disponibilizados relatam o número de seis vítimas “*Rompimento da barragem de Camará, em Alagoa Nova, matou seis pessoas e deixou 20 desaparecidas, na noite da quinta-feira*” e “*Segundo dados do Corpo de Bombeiros, seis pessoas morreram*”, a três vítimas “*Três pessoas morreram (...) Palmira Rocha da Silva, 83, José Pedro Soares, 70 e do músico Wellington Sobral*”, a dois mortos “*Os corpos de José Pedro, de 70 anos, e de Palmira Rocha, de 80 anos, residentes no município de Alagoa Grande, foram encontrados e já estão no segundo pelotão do Batalhão da Polícia Militar*” e referem-se, vagamente, a seis “desaparecidos”: “*Segundo o governo do Estado, a tragédia deixou 600 desabrigados e 200 casas destruídas. Ainda há seis desaparecidos*”.

Dessa maneira, a referência ao número exato de mortos apenas se dá pela experiência direta com a *realidade* dos fatos. Assim, a produtora do texto ora analisado menciona a quantidade exata de vítimas fatais (mortos) da tragédia, tendo em vista suas informações oriundas do contato direto, do contexto imediato com os acontecimentos do dia 17 de junho de 2004 – data da tragédia provocada pelo rompimento da barragem de Camará.

Em outro trecho da produção em análise, a produtora, fazendo referência ao número exato de mortos, retifica uma informação dada incorretamente em um dos textos disponibilizados para a busca de dados intertextuais: “*Diante desse fato, lamentavelmente várias pessoas foram atingidas. Entre elas 5 mortos, no qual está presente um dos locutores da nossa rádio local (o conhecido Welinton)*”. Ora, em um dos textos por nós fornecido, pode-se ver notadamente a informação de que, entre as vítimas fatais do rompimento da barragem de Camará, estaria o “*músico Wellington Sobral*” e não o radialista/locutor Wellington Sobral, que são a mesma pessoa: “*(o conhecido Welinton)*” – da produção 01, ora analisada.

Em mais uma ocorrência, podemos evidenciar uma informação que provém da *informatividade experiencial imediata* da produtora, que presenciou, presume-se pelas palavras em negrito, as cenas daquela data: “... *é impossível tirar da **nossa memória** os gritos, o barulho das casas desmoronando...*”. O presente trecho serviu na produção da aluna como forte argumento para convencer o leitor da gravidade desse fatídico acontecimento para a vida dos moradores da cidade de Alagoa Grande, já que o mesmo vem depois de uma série de perguntas retóricas que têm a função de contra-argumentar.

Dessa forma, essa informação vivencial, experiencial, serviu claramente como persuasão nesta produção, ganhando, inclusive, maior força argumentativa que algumas informações intertextuais retiradas dos textos-base, como a seguinte: “*governo **Lula resolveu vestir a camisa e garantiu que iria dar assistência no que fosse necessário. Foram 8 milhões de reais enviados***”, buscada intertextualmente no seguinte trecho de um dos textos por nós selecionados (“*Apesar de o Governo Federal ter enviado um representante para verificar as consequências do rompimento da barragem de Camará e, ter se comprometido em reconstruir todo o patrimônio destruído, o cadastramento das vítimas para trabalhar na reconstrução do município de Alagoa Grande e, inclusive, da ponte de passagem de veículos, foi feito somente no final do mês de março, com um orçamento aproximadamente de oito milhões de reais*”).

Produção 02: E. G. M.

Tragédia e revolta

*Por E. G. M. (estudante, moradora de Alagoa Grande e **VÍTIMA** de Camará)*

O rompimento da barragem de Camará, fato acontecido no dia 17 de junho de 2004, “veio” para destruir Alagoa Grande. O desastroso acontecimento abalou e abala a vida dessa pequena cidade do interior paraibano.

Na noite em que a barragem de Camará, localizada no município de Alagoa Nova, rompeu, as cidades de Alagoa Grande e Mulungu foram parcialmente destruídas, sendo que a primeira merece destaque nesse assunto, isso porque foram centenas de pessoas desabrigadas (entre 3 e 4 mil), casas destruídas (cerca de 200), comércios acabados, zona rural muito afetada e cinco mortos.

Para minha pessoa essa tragédia não é só um fato na cidade, e sim na vida, já que eu estava entre as centenas de desabrigados e hoje moro no Conjunto João Bosco Carneiro, que foi construído para “abrigar” quem perdeu suas moradias na enchente. Estou em uma casa nova, mas não como na de antes, cheia de lembranças, de passados e etc.

A sensação que se tem é que os danos morais e financeiros nunca serão recompensados, já que as perdas “pessoais” (fatos, lembranças, pessoas) são irreparáveis e que a parte financeira, no que depender das autoridades, nunca será reparada justamente.

Entretanto, a cidade caminha lentamente, tentando esquecer ou pelo menos se reerguer economicamente. Após quatro anos, as marcas de Camará continuam expostas na cidade e no rosto da população, que ainda guarda dentro de si a esperança de ter seus danos reparados como antes.

Nesta segunda produção, também se evidencia a marcante presença da *informatividade experiencial imediata*, haja vista que a produtora lança mão de sua própria vivência da calamidade para argumentar a respeito do assunto. Primeiramente, logo na informação sobre quem redigiu o texto, ao grafar “VÍTIMA” com letras maiúsculas, mostrando, claramente, sua intencionalidade em apresentar-se como conhecedora do assunto, já que o “experimentou” diretamente. Posteriormente, ao mencionar o número de “cinco mortos”, que, como já dito em linhas anteriores (na análise da produção 01), não fora mencionado em nenhum dos textos fornecidos, demonstrando, dessa maneira, seu conhecimento vivencial sobre essa quantidade de vítimas. E final e principalmente, quando põe seu drama particular na produção textual: *“Para minha pessoa essa tragédia não é só um fato na cidade, e sim na vida, já que eu estava entre as centenas de desabrigados e hoje moro no Conjunto João Bosco Carneiro, que foi construído para “abrigar” quem perdeu suas moradias na enchente. Estou em uma casa nova, mas não como na de antes, cheia de lembranças, de passados e etc”*. As expressões em *negrito*, especialmente as formas verbais em primeira pessoa gramatical, atestam *informatividade experiencial imediata* de que tratamos. Assim, todas as informações acima analisadas, exceto a referência ao número de mortos na tragédia, funcionam como fatores persuasivos/argumentativos para o texto em análise.

Percebemos ainda um parco excerto de *informatividade experiencial mediata* “A sensação que se tem é que os danos morais e financeiros nunca serão recompensados”, uma vez que as informações remontam, ao que transparecem, a uma vivência posterior ao drama de Camará e, portanto, não imediatos, mas de um conhecimento mais localizado, experienciado *in loco*. Evidencia-se, ainda, uma marca de *informações intertextuais* nítidas “(entre 3 e 4 mil), casas destruídas (cerca de 200), comércios acabados, zona rural muito afetada”, muito embora tenhamos palavras “modalizadoras” (em *negrito*), que geram a impressão de incerteza quanto a fonte dos dados; a presente informação intertextual remete outros três textos por nós disponibilizados: o primeiro > (“...cerca de 4.000 desabrigados”), o segundo > (“...a tragédia deixou 3000 desabrigados, 200 casas parcialmente e totalmente



destruídas, estabelecimento comercial, zona rural bastante afetada e ruas...”) e o terceiro > (“Segundo o governo do Estado, a tragédia deixou 600 desabrigados e 200 casas destruídas”).

Há ainda na presente produção duas ocorrências de *informatividade híbrida*, haja vista que não se tem certeza absoluta da origem das referências informacionais, se contextuais (provenientes da *informatividade experiencial mediata*) ou cotextuais (provenientes do *intertexto*), que servem igualmente para argumentação do AO: a) “O desastroso acontecimento abalou e abala a vida dessa pequena cidade do interior paraibano”, buscada, respectivamente, nos seguintes intertextos fornecidos à produção textual: i) (“População vive madrugada de terror” e ii) “Tragédia: barragem de Camará desaba e faz vítimas em Alagoa Grande”) ou no contexto alagoa-grandense; e b) “Após quatro anos, as marcas de Camará continuam expostas na cidade e no rosto da população”, procurada no seguinte intertexto: iii) (“...os traumas da tragédia perdurarão por um longo tempo...”) ou, como já defendido, no contexto experiencial mediato/*contexto extralinguístico (ou situacional)*.

Conclusões

Após as discussões e análises empreendidas anteriormente, pudemos constatar que um estudo mais minucioso da *informatividade* faz-nos perceber que a experiência a ela ligada, seja ela imediata e/ou mediata, foi de grande valia para produção textual dos AO em questão, e também o será, caso pensemos em alargar as fronteiras dessas informações experienciais para outros gêneros textuais.

Para além das conclusões acima apontadas, podemos também assentar que a informatividade se constitui, sim, como um fator persuasivo nos AO produzidos por alunos do Ensino Médio durante a “Olimpíada de Língua Portuguesa *Construindo o Futuro*”, dando-se contextualmente de maneira (i)mediata, ou seja, por meio da situacionalidade, do contexto extralinguístico, do contexto situacional, que, no presente caso, foi o da noite de 17 de junho de 2004, quando ocorrera a tragédia de Camará, em Alagoa Grande/PB.

Pode-se pensar, ainda, que tais informações experienciais, por serem fruto de uma grande polêmica que afligiu toda uma população, prejudicando diretamente várias pessoas, suas famílias, seus entes queridos, podem ter sido captadas e trazidas aos AO com mais contundência, mais veemência, haja vista que os produtores, direta e/ou indiretamente, tiveram alguma espécie de ligação com os fatos, dramas, aflições da tragédia do rompimento da barragem de Camará. Tal fato contribuiria, portanto, mais enfaticamente com o



comprometimento na produção textual por parte dos alunos, uma vez que seu respectivo envolvimento com a situação, já que eles a experienciaram imediata ou mediatamente, serviria como um estímulo para a efetiva produção textual no âmbito escolar, em sua vida como aluno-escritor. Para se fazer uma analogia, basta pensar-se no gênero “memórias” e o envolvimento (e certa facilidade) de escrevê-las. Assim, a valorização das vivências dos alunos (seu conhecimento prévio) é de suma importância para uma razoável produção textual.

Além disso, pudemos verificar também que as fronteiras entre os fatores de textualidade denominados *informatividade* e *intertextualidade* não são tão bem definidas como se cogita, haja vista que ambos remetem a informações cotextuais ou contextuais, sendo que estas últimas, às vezes, podem ser dadas intertextualmente, desaguando no que nomeamos, na discussão dos dados, de *informatividade híbrida*. Mas isso são conjeturas para uma pesquisa mais aprofundada, a qual é tolhida pelos limites desse modesto artigo.

Referências bibliográficas

BRÄKLING, Kátia Lomba. Trabalhando com o artigo de opinião: re-visitando o eu no exercício da (re)significação da palavra do outro. In.: ROJO, Roxane, (org.). *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCN's*. Campinas: Mercado das Letras, 2000. pp. 221-247.

COSTA VAL, Maria da Graça. *Redação e textualidade*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro da. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In.: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora; (orgs.). *Gêneros Textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2010. pp. 179-193.

GAGLIARDI, Eliana; AMARAL, Heloísa. *Pontos de vista*. São Paulo: Cenpec e Fundação Itaú Social; Brasília (DF): MEC, 2008 (Manual da “Olimpíada de Língua Portuguesa Construindo o Futuro”).

KOCH, Ingedore G. V.; TRAVAGLIA, L. C. *Coerência Textual*. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. O artigo jornalístico e o ensino da produção escrita. In.: ROJO, Roxane, (org.). *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCN's*. Campinas: Mercado das Letras, 2000. pp. 221-247.